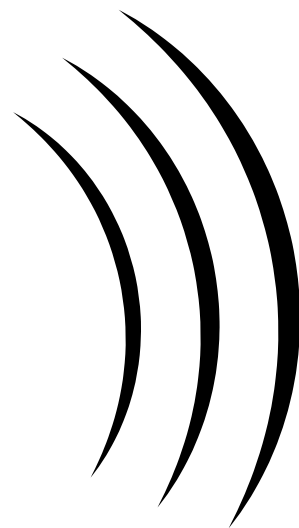


RADAR

favela

COVID-19



A BRONCA Nº III

BOLETIM INFORMATIVO
DO GRUPO DE SAÚDE DA
ROCINHA - AGOSTO/80.

DA SAÚDE

RE C A D O

Sabemos que a maioria da população brasileira não tem a proteção à saúde. Aqui na Rocinha não há água que possamos beber sem fazer mal. As valas estão aí cheias de lixo e nossas crianças por falta de espaço estão brincando nelas. Se o homem não come bem e não tem condições dignas de moradia, como vencer as doenças?

A 2ª dose da Campanha de Vacinação contra a paralisia infantil/ está aí. É um direito de todos vacinar seus filhos e saber para que ela serve. Como? Participando. De que modo?

- 1ª Vacinando seu filho.
- 2ª Indo as reuniões do Grupo de Saúde e Saneamento.
- 3ª Procurando o Ambulatório.

Vamos lutar por melhores condições de saúde aqui na Rocinha.

Em outubro de 1979 em alguns estados de Paralisia Infantil (muitas crianças for

O povo nos jornais denunciaram pedi

Imagem: acervo Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

edição 14
nov|dez 2021

CONFIRA
Museu Sankofa resgata os mutirões e campanhas históricas da Rocinha e organiza mobilização contra a Covid-19

SUMÁRIO

3 APRESENTAÇÃO

4 MEGAFONE

6 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

7 ROCINHA PELA VIDA **Antônio C. Firmino** Coletivo Museu Sankofa
Memória e História da Rocinha e **Isabel Azevedo** Centro de
Criação de Imagem Popular

12 LEMBRAR É PRECISO: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA
MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA COVID-19 NO CONJUNTO DE
FAVELAS DA MARÉ **Patrícia Ramalho**

16 DIA DA FAVELA INTERROMPIDO POR OPERAÇÃO POLICIAL
Djefferson Amadeus

20 QUE TIRO FOI ESSE???: STAND DE TIROS DA CIDADE DA
POLÍCIA AFETA VIDA E DESENVOLVIMENTO ESCOLAR EM
MANGUINHOS **Fábio Monteiro**

23 MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS/TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS

ENTREVISTA: ANAZIR MARIA DE OLIVEIRA – DONA ZICA

31 DEBATES

32 A PANDEMIA E A NOVA GESTÃO DAS URGÊNCIAS NOS CAPS AD
DO RIO DE JANEIRO **Beatriz Brandão**

35 CADÊ AUTORES E AUTORAS INDÍGENAS NA XX BIENAL
DE LIVROS DO RIO DE JANEIRO?!!! **Marize Vieira de Oliveira**

42 MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

43 COLETIVO MARTHA TRINDADE E A LUTA AMBIENTAL E PELA
SAÚDE EM SANTA CRUZ **Wanessa Afonso de Andrade**

46 ORGANIZAÇÃO E LUTA DO FÓRUM DE PRÉ-VESTIBULARES
POPULARES DO RIO DE JANEIRO PELO ADIA ENEM **Fórum
de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ)**

51 EXPEDIENTE

APRESENTAÇÃO

Radat COVID-19 Favela é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios sele-

cionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais. As opiniões refletidas nos textos assinados, no entanto, não necessariamente refletem a opinião da Fiocruz.



MEMEFOS GAGANE

O conteúdo aqui publicado é composto de relatos de moradores, notas de movimentos sociais e coletivos, denúncias e reportagens sobre o contexto enfrentado por territórios de favela e periferia durante a pandemia.

GRIPE E COVID-19 NO CATIRI - Auricelia Mercês

“No Catiri, observa-se nos serviços de saúde um grande aumento de procura de pacientes com síndrome gripal. Quando já estão resfriadas, as pessoas procuram o Centro Municipal de Saúde do Catiri para tratar os sintomas, achando que era uma gripe, mas ao serem testados muitos são diagnosticados com Covid-19. Os casos de Covid-19 aumentaram muito. Geralmente, as pessoas não fazem isolamento e uso de máscara quando ocorre é apenas em locais públicos”.

VIOLÊNCIA ARMADA NA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - Equipe Radar

O Relatório Anual do Instituto Fogo Cruzado, divulgado no dia 12 de janeiro de 2022, aponta que o número de mortos em chacinas na região metropolitana do Rio de Janeiro saltou de 170 para 255, um aumento de 50%, de 2020 para 2021. Houve 61 chacinas no Grande Rio em 2021. É classificado como chacina todo episódio em que três ou mais civis são assassinados em uma mesma situação. O relatório registra também que:

- Houve 4.653 tiroteios no Grande Rio em 2021, uma média de 13 tiroteios por dia. Ao todo, 2.098 pessoas foram baleadas.
- 1/3 dos tiroteios no Grande Rio em 2021 foram próximos a unidades de saúde; 40% das unidades de saúde do Grande Rio foram atingidas por tiroteios no entorno. Ao todo, foram 1.688 postos, clínicas e hospitais afetados pela violência armada.
- 17 crianças e 43 adolescentes foram baleados no Grande Rio em 2021.
- 181 agentes de segurança foram baleados na Região Metropolitana em 2021.

Tudo isso em um momento em que as unidades de saúde estão repletas de fila para a vacinação contra Covid-19 e gripe e atendimentos de urgência. Link para o Relatório Anual do Instituto Fogo Cruzado: <https://bit.ly/relatorioanual-rio-2021>

O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?



MIGUEL
DOS SANTOS
EVANGELISTA

154

Imagem: acervo Redes da Maré

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

ROCIINHA PELA VIDA

Antônio Carlos Firmino, Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha **Isabel Azevedo**, Centro de Criação de Imagem Popular

Imagem: acervo Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha



Sankofa é uma palavra Akan, das nações africanas de Ghana e da Costa do Marfim que significa “devemos olhar para trás e recuperar nosso passado, assim podemos nos mover para frente; assim compreendemos por que e como viemos a ser quem somos nós hoje”.

Atualmente, o Museu Sankofa realiza o projeto Rocinha pela Vida, que se propõe a resgatar a memória dos mutirões e campanhas históricas da Rocinha por direitos humanos e bem-estar social, particularmente da saúde com foco na vacinação. A ideia é convidar as jovens lideranças e moradores a se reunirem em torno das histórias do movimento popular no território e àqueles que lutaram no passado para conquistar os equipamentos públicos de saúde, educação, saneamento, urbanização e cultura que hoje existem na comunidade.

O museu utilizará a apresentação de documentos de seu acervo, incluindo fotos, notícias, músicas das reivindicações e vitórias. Materiais do Jornal Tagarela e do livro “Varal de Lembranças: histórias da Rocinha” da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da Rocinha, publicado em 1983, organizado por Lygia Segala, Antônio de Oliveira Lima e Tânia Regina da Silva, servirão como o fio condutor das narrativas.

Ao longo de 6 meses, serão realizadas cinco lives (uma por mês) com integrantes dos movimentos sociais, agentes comunitários de saúde e pesquisadores que integraram ou ainda atuam nas lutas por saúde, desde os anos de 1970, para esquentar as lembranças do sucesso das campanhas de enfrentamento de doenças no passado (sarampo, varíola, rubéola e outras) e alimentar a necessária mobilização para vencer também a Covid-19. Além disso, serão realizadas ações de mobilização junto ao comércio formal e informal, principalmente nos pontos de maior circulação, com fixação de cartazes em locais de maior circulação e de *banners* informativos nas vielas e becos da comunidade. Os facilitadores do museu serão responsáveis por contribuir em colagem de cartazes e *banners* em lugares estratégicos da favela..

Em julho de 2007, alguns moradores atuantes das muitas lutas por melhores condições sociais na Favela da Rocinha, além de artistas, militantes e autoridades, como o secretário Estadual de Cultura da época, participaram da construção do Fórum Cultural da Rocinha com mais de 200 participantes. Este Fórum formulou o plano cultural da Rocinha e passou a apoiar projetos culturais de preservação, salvaguarda de seu patrimônio e a criação de um museu para a Rocinha para difundir, de forma educativa, memórias e histórias da Favela, suas lutas e conquistas.



Imagem: acervo Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha

Em 2008, surgiu o Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha que iniciou ações para sair da ideia para algo mais concreto. As primeiras atividades foram realizadas em 2009, marcando as memórias e histórias da Rocinha com os “Chá de Museus” e com rodas de conversas temáticas sobre mutirões por saneamento básico, luta por vacinas e a importância dos pais e responsáveis vacinarem as crianças nos anos 70 e 80, entre outras. As campanhas utilizavam cartazes artesanais, faixas e jornal comunitário como meios para sensibilizar os moradores.

O projeto Rocinha Pela Vida tem por objetivo contribuir para uma campanha de esclarecimento sobre a Covid-19, através da promoção de debates virtuais mensais. Com a presença de especialistas em saúde, agentes comunitários de saúde locais (ACS) e moradores que lutaram pela campanha por vacinas na Rocinha nas décadas 70 e 80, visa dirimir as dúvidas, alertar sobre *fake news* e sensibilizar a população sobre a importância da prevenção contra Covid-19 e da solidariedade entre os moradores. Serão convidados a participar dos debates professores das escolas públicas, profissionais das unidades de saúde e de assistência social, creches, lideranças dos movimentos sociais (organizações e coletivos), artistas e entidades do movimento cultural local, profissionais dos veículos de comunicação da Rocinha, entre outros. Serão criadas mensagens para circulação nas mídias sociais e veí-

Imagens: acervo Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha



culos de comunicação da Rocinha com informações sobre prevenção contra a Covid-19 e as *fake news*.

A campanha contará com a distribuição de 300 kits para prevenção da contaminação do vírus SARS-CoV-2, com máscaras de três dobras confeccionadas pelas costureiras da Rocinha, e álcool gel 70%; realização de colagem de materiais informativos nos becos, vielas e em locais estratégicos (cartazes, banners) como equipamentos públicos de educação e saúde; comunicação através de carro de som e mídias locais sobre as *fakes news* e prevenção contra Covid-19.

O projeto Rocinha pela Vida só foi possível com nosso parceiro de muito tempo, o Centro de Criação de Imagem Popular (Cecip), que apresentou a proposta do Coletivo do Museu Sankofa. O Cecip também é parceiro do Museu desde 2017 na criação do site “Memória da Rocinha” (<http://memoriarocinha.com.br/>), desenvolvido pelo Museu, pelo Instituto Moreira Salles e pelo Projeto Oi Kabum.

O Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da Saúde é reconhecido internacionalmente por sua eficiência e capacidade de cobertura. Em 1975, o Brasil recebeu da OMS o certificado de erradicação da varíola. Em 1980, o MS iniciou as campanhas de vacinação contra a poliomielite que atingia anualmente cerca de três mil pessoas. O último registro da pólio no Brasil ocorreu em 1989, e em 1994, a OMS concedeu ao Brasil o certificado de erradicação da doença. Isso, graças ao SUS, que oferece toda a infraestrutura e a competência de seus profissionais. No caso da Rocinha, 100% de cobertura garantida pelo atendimento de duas Clínicas da Família, um CAPS, uma UPA e um CMS, resultado de muita mobilização dos movimentos sociais e motivo de orgulho para a comunidade.

A memória afetiva dos moradores em relação aos mutirões e às campanhas de vacinação vêm dando lugar às preocupações alimentadas por *fake news*. Essa memória do controle de doenças graves através

das vacinas, aliada à comunicação confiável, é necessária e urgente. Ao compartilhar depoimentos de moradores sobre a luta por vacinas nas décadas 70 e 80 contra a mortalidade infantil e fazer o paralelo com o atual contexto na prevenção contra a Covid-19 e as *fakes news*, o projeto procura estimular a empatia e a solidariedade dos moradores para a prevenção da doença.

CAMPANHA DA VALA



O movimento do mutirão nasceu da limpeza da vala e da luta pela passarela.

Lá na pista, morria muita gente, sabe? Era criança, era senhora esperando bebê, era senhor pai de família. Morria gente nessa passarela toda semana. Lygia, era uma coisa de cortar o coração! Era todo dia, pode se dizer. . . Tinha dias que morria mais de dois na passarela. Era aquela coisa muito triste. Aí, pra ter uma solução, todo mundo, gente da comunidade, resolveu fazer alguma coisa! Aí entrou o autocenso.

O que foi o autocenso?

Era quando a gente ia entrevistar o pessoal que morava em cima da vala, se tinha mosquito, se não tinha. Aí fomos e criamos uma idéia. Resolvemos no autocenso, com discussão, que a gente ia lá no governo, no prefeito, pedir uma passarela.

Quanto tempo tem isso?

Eu acho que já tem três anos, se não me engano, ou mais. Não estou bem lembrada da época.

A gente saiu por aí, todo mundo:
 – Gente, quem é que quer sair com papel pra assinar?
 Aí eu saí, ia lá pelos moradores todinhos:
 – Você quer assinar aqui minha filha?
 – Por quê, Dona Maria? tem que pagar?
 – Não, minha filha, tem que pagar não. É pra botar uma passarela aí, você não está vendo essa *mortandela* aí, todo dia, no chão? O pessoal estirado aí?
 – Realmente, Dona Maria, é mesmo. . . Ah! meu Deus! eu dou até trinta voltas. . .

Aí eu ia botando e num instante acabava com a minha papeleta. Vinha pessoal da “Rádio Globo”, da “Rádio Tupi”, vinha “Última Hora”, vinha uma porção de rádios e jornais pra entrevistar a gente aí na capela.

Todo esse movimento nasceu na capela?

Na capela é que foi o movimento do pessoal se reunir. Aí a gente teve audiência marcada com o governo. Saiu uma turma daqui, quem podia. Às vezes até perdia dois até três dias de trabalho pra poder conseguir a passarela.

la todo mundo lá no palácio?

Ia, ia sim. Às vezes ia vinte pessoas, ia dez, ia quinze pessoas. A gente tinha que ir em dia de semana mesmo, porque dia de domingo, dia de sábado, essa gente do palácio está tudo passeando. Aí a gente ia. Quando chegava lá, esperava um tempo. Aí o pessoal lá falava:



Dona Maria do Teatro

LEMBRAR É PRECISO: PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DA COVID-19 NO CONJUNTO DE FAVELAS DA MARÉ

Patrícia Ramalho, Redes da Maré



Imagem: acervo Redes da Maré

“Tomara que não voltemos à normalidade, pois, se voltarmos, é porque não valeu nada a morte de milhares de pessoas no mundo inteiro.” Ailton Krenak

A morte acontece diariamente e faz parte da existência humana e pode ser determinante na condução de nossas trajetórias. Durante a pandemia da Covid-19, fomos surpreendidos pelo grande número de mortes no mundo. Até o fechamento deste texto, mais de 5 milhões de pessoas morreram em decorrência da Covid-19, em um período de pouco mais de um ano. No Brasil, mais de 616 mil óbitos, de acordo com o Painel Coronavírus e no Conjunto de Favelas da Maré foram 379 perdas, conforme indica o Painel Rio COVID-19, administrado pela Prefeitura.

A pandemia global que se instaurou no ano de 2020 impactou as mais diversas dimensões da vida na sociedade, na política e na economia. Se os efeitos da pandemia extrapolam a área da saúde individual e afetam a sociedade como um todo, no contexto de favelas, estes efeitos são ainda mais complexos, intensificando históricas injustiças territoriais e desigualdades sociais. Rapidamente evidenciou-se o impacto desigual da pandemia, como resultado direto da falta de investimento em saúde pública e das condições precárias de habitação, trabalho, infraestrutura urbana e acesso a saneamento básico em determinados territórios. Estudos mostram que a parcela mais pobre da população, que vive em territórios periféricos, foram desproporcionalmente afetadas por impactos sanitários, socioeconômicos e um elevado número de mortes.

Desde o início das medidas de restrição, moradores e instituições da Maré denunciaram o descaso do poder público sobre uma série de fatores que dificultam o acesso a direitos indispensáveis para o controle da pandemia como: problemas no acesso os serviços de saúde e falta de insumos básicos, precariedade no fornecimento de água, ineficiência no suporte da assistência social para garantia do isolamento das famílias mais vulneráveis, ausência de uma política pública e segurança alimentar, além das ações da política de segurança pública que contrariam as orientações de prevenção ao vírus. A omissão pelas mortes e por políticas públicas foi naturalizada e ignorada por governos negacionistas que, em diversas vezes, zombaram em rede nacional dos casos de mortes em decorrência do vírus.



Imagem: acervo Redes da Maré

Chimamanda Adichie (2020, p. 3), em seu livro *Notas sobre o luto*, salienta que “o luto é uma forma cruel de aprendizado. Você aprende como ele pode ser pouco suave, raivoso. Aprende como os pêsames podem soar rasos. Aprende quanto do luto tem a ver com palavras, com a derrota das palavras e com a busca das palavras”.

Diante deste cenário, a potência do trabalho coletivo foi primordial na Maré. Além de ações relacionadas à prevenção e combate ao vírus e combate à insegurança alimentar, o trabalho que envolve temas sobre luto e memória trouxe a valorização das vítimas e de suas histórias, junto aos seus familiares e amigos, implicando no aspecto coletivo e não apenas individual.

A produção do Memorial Maré destinado para as vítimas de Covid-19 é uma proposta que busca criar um espaço para celebrar a memória das pessoas que faleceram em decorrência do vírus na Maré, com o objetivo de trabalhar o processo de luto com os familiares, valorizando as histó-

rias das vítimas, articulando produção de conhecimento, acolhimento às famílias e intervenção artística.

Ainda sobre o estudo da memória, o historiador Paulo Knauss nos traz que a memória diz respeito a algo que está vivo, que é um trabalho de reconstrução, de presentificar o passado na busca da construção de um futuro e que pode mudar práticas e realidades. “Preservar a memória dos vitimados se define como reparação simbólica. Portanto, a importância de um memorial, enquanto símbolo da vida humana e como ferramenta de justiça social.”

A Maré, por exemplo, tem rica memória que precisa ser contada e preservada, tem memórias de resistências, de lutas coletivas e que não pode ser esquecida, pois a partir dela conseguiremos construir novas narrativas a partir deste território. Dessa forma, entendemos que falar de memória se torna indispensável no momento em que estamos vivendo, diante de tantas mortes invisibilizadas, que viram números. Por isso é tão importante e urgente ações que humanizem a dor e os acontecimentos produzidos pela pandemia, principalmente entre a população mais vulnerável.

Valorizar o humano e contar suas histórias de vida é necessário diante das constantes tentativas de apagamento e do silenciamento de culturas perpetrados pela lógica dos governos de dominação e de opressão.

DIA DA FAVELA INTERROMPIDO POR OPERAÇÃO POLICIAL

Djefferson Amadeus, pesquisador do projeto Centro Urbanos da Cooperação Social da Fiocruz

Novembro Negro. Mês da consciência negra. E também o mês do dia da favela. Mês de comemoração, certo? Em tese sim, mas não para a maioria das pessoas moradoras de favelas, especialmente da Complexo de Manguinhos. Isto porque, conforme a reportagem transmitida no RJTV (Globo), em 5 de novembro de 2021, os moradores sofreram com inúmeras operações policiais.

Segundo Fábio Britto, um dos líderes das associações de moradores de Manguinhos, as operações policiais foram desrepeitosa, sendo muitas delas à noite – motivos que levaram-no a exigir, ao vivo, na Globo, “uma resposta do governador do porquê do Bope estar realizando essas operações, ainda por cima na semana em que se é comemorado o Dia da Favela.”¹

A preocupação dele e de todos os moradores e moradoras de Manguinhos tem sentido, afinal de contas, nestes 15 anos, de acordo com a pesquisa do grupo Geni, “13.584 pessoas perderam a vida pelas mãos das forças policiais, grande parte delas nas 11.383 operações policiais realizadas entre 2007-2021 na Região Metropolitana.”²

E a situação torna-se ainda mais preocupante quando se olha a lei de diretrizes orçamentárias do Estado do Rio de Janeiro para 2022, conforme muito bem pontuou a pesquisa da iniciativa direito à memória e justiça racial³, pois há a previsão de novecentas mil munições para a

¹ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/05/moradores-do-complexo-de-manguinhos-fazem-protesto-contras-operacoes-do-bope-na-comunidade.ghtml>

² http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/11/Relatorio-embragos_GENI_FOGO.pdf

³ <https://dmjracial.com/wp-content/uploads/2021/05/LDO-2021-PRODUCAO-DA-MORTE-3-1.pdf>

polícia militar e novecentas mil munições para a polícia civil, ou seja: quase 2 bilhões de munições para 2022 como meta!⁴

Isto, a toda evidência, talvez explique por que na operação do Salgueiro, que culminou com a morte de 9 pessoas, os próprios policiais tenham relatado no inquérito, em matéria veiculada no Fantástico, que eles teriam dado mais de 1.500 tiros naquela operação.⁵

Ora, tendo em conta que muitas munições têm um período de validade relativamente curto, sobretudo se não forem armazenadas na temperatura e em locais adequados, variando entre dois ou três anos⁶, conclui-se que as polícias têm que usar quase dois bilhões de cartuchos em dois ou três anos...

Aliás, ainda sobre a operação no morro do Salgueiro, conforme reportagem veiculada no Fantástico e documento oficial apresentado na referida matéria, quatro policiais teriam – somente eles – disparado mais de 600 tiros⁷.

Diante de todo este cenário de guerra, moradores de Manguinhos, instituições, coletivos, movimentos sociais e defensores de direitos humanos se juntaram (não para enfrentar o Estado ou a polícia), mas apenas para buscar soluções pacíficas a fim de acolher as demandas da população local.

Depois de inúmeras reuniões que contaram com o Conselho Comunitário de Manguinhos, Fórum Social de Manguinhos, Mães de Manguinhos, Associações de moradores, comissão de direitos humanos da

⁴ <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3aWCC42000022000>

⁵ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/05/moradores-do-complexo-de-manguinhos-fazem-protesto-contras-operacoes-do-bope-na-comunidade.ghtml>

⁶ <https://defesa.org/dwp/como-armazenar-municoes-por-longos-periodos/> “Neste contexto, começar a armazenar munição HOJE se torna uma necessidade, porém, as munições em geral possuem um período de “validade” relativamente curto. Em condições normais, a munição pode ficar armazenada por 2 ou 3 anos. A partir deste prazo, ela tende a não funcionar direito, podendo falhar com muito mais frequência ou, deflagrar-se com bem menos energia do que um disparo normal.”

⁷ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/11/05/moradores-do-complexo-de-manguinhos-fazem-protesto-contras-operacoes-do-bope-na-comunidade.ghtml>



Imagem: André Lima

OAB-RJ, Defensoria Pública e inúmeras outras instituições e coletivos, surgiu a ideia de uma caminhada pacífica por direitos em Manguinhos, conforme os registros a seguir:

O Supremo Tribunal Federal está próximo de julgar a ADPF 635, que ficou popularmente conhecida como a ADPF das favelas. Este julgamento, considerado pelo Ministro Fachin como o mais importante da história do STF, objetiva analisar a implementação de algumas demandas de inúmeros movimentos sociais, cabendo destacar:

Utilização de ambulâncias, impossibilidade de utilizar helicópteros como plataforma de tiro, proibição de usar escolas, creches e hospitais como base de operações policiais em confrontos, prioridade no caso de mortes envolvendo crianças e adolescentes, proibição de mandado coletivo genérico, preservação da cena do crime, investigação independente para a investigação de homicídios praticados por policiais, nos últimos 15 anos, a ADPF das favelas representou a maior redução da letalidade policial, houve uma redução em 23% dos crimes contra a vida e em 39% dos crimes contra o patrimônio, comunicação ao MP sobre as operações policiais, plantão do Ministério Público, proibição que governadores incentivem a letalidade policial, polícia impôs sigilo de 5 anos em relação aos fatos oriundos da chacina no jacarezinho, implementação de câmeras, plano de redução da letalidade policial, melhorias para os policiais, a exemplo de tratamento psicológico adequado, dentre outras coisas.

Caminhando para o fim deste artigo, que terá continuidade após os desdobramentos do julgamento no Supremo Tribunal Federal, vale destacar que um dos pontos principais reivindicados pelos movimentos sociais foi a suspensão das operações policiais durante a pandemia, pedido acolhido pelo Ministro Fachin. A exceção ficou por conta das situações excepcionais que vêm gerando um intenso debate quando se olha os motivos alegados pelas polícias para fazerem operações policiais, conforme anexos contidos no ofício eletrônico nº 182448/2020/STF do Ministério Público do Rio de Janeiro e a base de operações policiais do Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos (GENI/UFF).⁸

Segundo dados do fogo cruzado: “Em 2020, 22 crianças (com idade inferior a 12 anos), 40 adolescentes (com idade entre 12 anos e 18 anos incompletos) e 35 idosos (a partir de 60 anos) foram baleados na Região Metropolitana do Rio. Destes, 8 crianças, 18 adolescentes e 19 idosos morreram. Em 2019, foram 24 crianças, 89 adolescentes e 42 idosos baleados, dos quais, 7 crianças, 53 adolescentes e 35 idosos morreram.”⁹

Ou seja: 24 crianças baleadas em 2019, sendo 7 mortas; e 22 baleadas em 2020, sendo 8 mortas.¹⁰

Ora, quando se observa que várias crianças foram mortas em operações policiais, a pergunta que fica é: pode ser entendido como excepcional uma operação policial para tirar barricadas ou para parar bailes funks?

Será que faz sentido que a maior quantidade de operações policiais sejam por estes dois motivos? Dessas crianças, 4 foram mortas dentro das suas casas e 4 foram baleadas também dentro das suas casas.¹¹ Será que justifica? A resposta somente pode ser negativa. Por todos estes motivos, os movimentos sociais esperam que o STF e as demais instituições ponham um freio nessa tragédia.

⁸ Fonte MPRJ: anexos contidos no ofício eletrônico nº 182448/2020/STF do Ministério Público do Rio de Janeiro - http://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/11/Relatorio-embragos_GENI_FOGO.pdf.

⁹ <https://fogocruzado.org.br/tiros-em-escolas-2019/>

¹⁰ <https://fogocruzado.org.br/tiros-em-escolas-2019/>

¹¹ <http://geni.uff.br/2021/11/23/por-um-plano-de-reducao-da-letalidade-policial-e-sua-supervisao-pelo-observatorio-judicial-sobre-a-policia-cidada/>

QUE TIRO FOI ESSE???: ESTANDE DE TIROS DA CIDADE DA POLÍCIA AFETA VIDA E DESENVOLVIMENTO ESCOLAR EM MANGUINHOS

Fábio Monteiro – Membro do Conselho Comunitário de Manguinhos



Imagem: Fábio Monteiro

A vida dos moradores de favela são impactadas de diversas maneiras como falta de saneamento, restrição de acesso à saúde, educação precária, sobretudo em um momento de pandemia onde a desigualdade obteve um grande

crescimento. A luta por direitos sempre foi intensa e em Manguinhos teve mais um agravante incluído, a falta de um isolamento acústico no estande de tiros da Cidade da Polícia – CIDPOL.

“Os tiros parecem que são na minha rua” – disse uma moradora de Manguinhos.

Já um aluno do Colégio Clóvis Monteiro, vizinho à CIDPOL diz: *“Minha professora já teve que parar a aula por causa do barulho dos tiros, não dá pra aprender assim”*.

Como diminuir os impactos sociais em uma região já impactada com tanta desigualdade? É o que a iniciativa de um grupo de moradores,

juntamente com o Conselho Comunitário de Manguinhos, pretende fazer em relação ao fato. Sem perder tempo, uma comissão do Conselho Comunitário de Manguinhos protocolou no dia 24 de novembro, um ofício coletivo na Secretaria de Polícia do Estado do Rio de Janeiro (Sepol- RJ) (solicitando um isolamento acústico para o estande de tiros da Cidade da Polícia. O desenvolvimento de projetos sociais como o Ballet Manguinhos, creches escolares, aulas do Colégio Estadual Profº Clóvis Monteiro, não podem ser mais impactados desta maneira, bem como a saúde de moradores de Manguinhos próximos ao local.

Este ofício é fruto de uma série de reuniões articuladas pelo Conselho Comunitário de Manguinhos, ao longo do mês de outubro/2021, com moradores e trabalhadores locais, instituições e apoiadores como a Comissão dos Direitos Humanos da Alerj, Comissão dos Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DP-RJ). Ao todo foram realizadas três reuniões, sendo a primeira na Biblioteca Parque Marielle Franco, na Praça do PAC em Manguinhos, debatendo a situação, avaliando os impactos causados nas vidas dos moradores e projetos locais, onde encaminhou-se articular com vereadores e deputados a fim de dar visibilidade à situação e pensar coletivamente uma possível solução.

A segunda reunião se deu na sede do Ballet Manguinhos, já com presença de representantes de mandatos, vereadores e deputados, representantes de projetos locais e também a direção do colégio Estadual Clóvis Monteiro com alunos. Os depoimentos foram diversos, como aulas do Colégio e do Ballet impactadas; relatos de pessoas que passavam pela rua e, ao ouvir o som dos tiros, oriundos do treinamento, jogaram-se ao chão para se proteger; entre outros.

Um dos depoimentos que mais chamou a atenção foi o de uma moradora que teve sua caixa d'água perfurada por projéteis provavelmente vindos da Cidade da Polícia, tendo em vista a localização da casa próxima ao estande. No momento da ocorrência não havia operação policial

nem tiroteios locais em andamento, apenas o treinamento no estande de tiros. Como encaminhamento, tivemos um ofício coletivo dos mandatos presentes a ser protocolado junto ao secretário de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

E foi no pátio do Colégio Clóvis Monteiro, onde se deu o terceiro encontro. O tema foi debatido mais uma vez com alunos e moradores, ao som dos tiros advindos da Cidade da Polícia, onde os participantes puderam sentir na pele como o colégio tem sido impactado. Após o debate amplo, foi tirada uma comissão para escrever um ofício com representantes de instituições, projetos e coletivos locais - este protocolado no dia 24 de novembro de 2021 na Sepol-RJ.

Muitos ainda são os desafios para a conclusão deste processo de isolamento acústico sair do papel, porém o Conselho Comunitário de Mangueiros permanecerá monitorando o andamento do processo pós protocolo do ofício, garantindo que a poluição sonora advinda da cidade da Polícia não cause mais impactos negativos na vida dos moradores e no desenvolvimento local.

A carta na íntegra está disponível através do link: <https://cutt.ly/XYV2DXf>

MEMÓRIAS DOS TERRITÓRIOS TERRITÓRIOS DE MEMÓRIAS

ENTREVISTA: ANAZIR MARIA DE OLIVEIRA – DONA ZICA

“A entrevista com Anazir Maria de Oliveira, Zica, foi realizada no dia 12 de março de 2021. Na edição 8, publicamos um texto baseado na entrevista. Nesta edição, publicamos a íntegra da entrevista, revisada pela própria Zica em 16 de dezembro de 2021.”

A senhora poderia começar se apresentando? Meu nome é Anazir Maria de Oliveira, natural da Cidade de Manhumirim (MG). Sou Graduada em Pedagogia pela Universidade Cidade e em Serviço Social pela PUC-RIO. Sou moradora de Vila Aliança, Bangu, desde 1964

Como foi o contexto de surgimento e construção da Vila Aliança? Vim para o Rio de Janeiro em 1948, indo morar em São Cristóvão numa comunidade de favela, Favela do Alegria, onde morei por seis anos. Foi aí que veio meu 1º processo de remoção para o bairro da Penha em 1952. O segundo processo se deu em 1964, da Penha para a Vila Aliança. Foi um processo como todas as remoções: muito ruim! A gente sai de uma comunidade onde construímos nossa vida por muitos anos, as relações de amizade com toda a estrutura nas quais convivemos ao longo do tempo. Chegamos em uma comunidade onde tudo é novo, vizinhos novos, moradores novos, tudo diferente da vida anterior. Um novo recomeçar de vida, muito assustador.

A Vila Aliança era um conjunto habitacional? Sim, Vila Aliança e Vila Kennedy foram os primeiros conjuntos habitacionais no governo de Carlos Lacerda, na década de 60. Ao ser informada de uma nova remoção, decidi conhecer o espaço onde seria meu novo local de moradia. Era um local muito bonito, não havia ainda nenhuma construção. Ao ser removida pra Vila Aliança a primeira vista fiquei maravilhada ao entrar na casa, tanto na favela da Alegria em São Cristóvão quanto no Parque Proletário da

Penha, eram barracos de táboa e sem nenhuma infraestrutura básica de moradia. Não havia água encanada, tínhamos que enfrentar fila para conseguir água para o nosso gasto e a iluminação era de condições precárias. Na nova casa em Vila Aliança me senti realizada. Ao passar do tempo, tanto eu quanto outros moradores começamos a perceber a verdadeira realidade, porque nos foi entregue uma casa com construção incompleta, faltando cômodos a ser construídos, e a construção seria por nossa conta, paga por 120 meses.

As casas não estavam completamente prontas? Não, não estavam. Tivemos que completar a construção. Sem muro, sem piso e sem embolso. Mas o que mais nos assustou e fez com que nós moradores caíssemos na realidade foi perceber que não tínhamos nenhuma estrutura básica do poder público a não ser água e esgoto. Não tínhamos iluminação pública, escola para nossas crianças, não tínhamos asfalto, nem transporte. Nada nos beneficiava enquanto direito a uma moradia digna. Como



Projeto de Crianças Fundação Bento Rubião
Imagem: Dona Zica

não havia iluminação pública, cada morador foi dando o seu jeito, colocando uma lâmpada em frente à sua casa. Quando chegávamos tarde do trabalho ficava difícil, os moradores já haviam se recolhido e as luzes estavam apagadas.

E como foram as mobilizações para lutar por esses serviços públicos? Eu não tinha nenhuma experiência de organização social e comunitária. No processo de remoção vieram famílias de várias comunidades da Zona Sul e Zona Norte. Alguns moradores, principalmente as mulheres, já atuavam em algumas atividades em suas comunidades, entre elas, atividades religiosas. Nas conversas entre umas e outras, trazendo suas experiências, foram percebendo outras necessidades básicas, o que resultou na fundação de um Clube de Mães, com o objetivo de conversarmos sobre as nossas necessidades, unir as mulheres para trocar experiências e encontrar uma forma de apoio para nossas crianças que ficavam soltas na rua enquanto as mães trabalhavam. A Fundação Leão XIII foi o primeiro serviço público a entrar na comunidade com um posto de atendimento de saúde. Com a atuação do Clube das Mães encontramos uma forma mas concreta para trabalhar com as crianças, essa foi a nossa primeira luta comunitária.

E vocês tinham contato com as organizações da Vila Kennedy? Vila Kennedy por ser uma comunidade com mais tempo de existência, tinham mais organizações sociais e lá já funcionava um Conselho de Moradores. Com base na experiência de Vila Kennedy, nós começamos a questionar o poder público, mobilizar a comunidade e chega um momento que a gente tem conhecimento que o Conselho de Morador não tem poder reivindicativo. Aí fomos orientados a criar uma Associação de Moradores e foi daí que começamos a lutar de forma concreta pelas nossas necessidades e a articular com outras associações de moradores de outras áreas. A nossa primeira conquista foi a iluminação pública. E desta forma fomos lutando por conquistas maiores, transportes, entre outras, só não conseguimos de imediato o transporte.



Encontros de Mulheres assistidas pelas cesta básica

Imagem: Dona Zica

Por que o transporte foi mais difícil? A questão do transporte em Vila Aliança foi e é até hoje um dos nossos maiores problemas. Levamos 15 anos para conquistar uma linha de ônibus nossa dentro do bairro, batalhamos muito pelos direitos a transporte e no momento não temos nenhuma linha de ônibus para servir à comunidade. Praticamente foi retirada nossa linha de ônibus conquistada através de tanta luta, que nos conduzia para o Centro da Cidade; a frequência dela foi reduzida a uma vez no dia, saindo da comunidade às 5 horas da manhã e retornando a noite. Continuamos na mesma situação de antes, mas hoje temos como serviços de transporte, kombis e motos que servem a comunidade de Vila Aliança e aos complexos que foram se formando ao longo dos anos.

E como o transporte público foi impactado pela pandemia? Na crise inicial da pandemia, o transporte foi um dos maiores meios de contágio, ônibus e trens lotados, sem condições de distanciamento, muitos passageiros sem o uso da máscara, foi realmente um dos maiores fatores de transmissão de contágio aqui em nossa região.

E ninguém usa máscara? Ninguém usa máscara. Então isso preocupa muito. E a gente tem tido um grande número de perdas de vidas aqui na comunidade.

Tem ocorrido muitas mortes? Tem muitas mortes. Na minha rua, do princípio do ano até agora, não tivemos óbitos, mas tivemos 8 pessoas contaminadas numa rua pequena. E assim a comunidade toda. Muitas pessoas têm passado pelo contágio, muitas pessoas vêm perdendo a vida.

A senhora tem informação de como que estão os serviços de saúde na região? Para atender a comunidade toda nós temos uma clínica da saúde dentro da comunidade e temos um posto médico de atendimento que é no centro de Bangu. Esse é o nosso serviço: muito, muito precário nosso serviço de saúde. Porque, além de só ter a Clínica da Família, não tem atendimento. A Clínica está funcionando, mas acontece que a gente muitas vezes não tem médico. Entendeu? É um atendimento bem precário, até mesmo pelas condições que a prefeitura oferece. Os funcionários também passam por vários problemas exatamente por isso, pela falta de estrutura oferecida pela prefeitura! Então a saúde também é dessa forma. O que acontece? A população está investindo em plano de saúde, mas nem todos podem! A maioria da comunidade não tem condições. Então fica muito precário, muito precário mesmo.

Como está a vacinação? A clínica está vacinando. A vacina está acontecendo, mas há uma resistência muito grande da população.

As pessoas estão resistindo à vacina? Sim, muitas famílias estão resistindo. Tipo assim, “vou esperar o que vai acontecer”, além do que a resistência tem sido motivada pelo incentivo maior do governo federal, porque tem muitos seguidores dele aqui na favela. E essas pessoas são resistentes à vacina e ele incentiva essa resistência. Para ele está tudo bem: “é só uma gripezinha”. Por isso as pessoas vão acreditando nisso e estão se recusando. Tem muita gente se vacinando, eu já me vacinei, mas há também uma resistência muito grande à vacina. Por mais que a gente se reúna e converse sobre os riscos de não se vacinar, ainda tem muita gente resistindo.

Como são os movimentos e as mobilizações sociais na Vila Aliança hoje?

É o que faz movimentar as nossas reivindicações. Nós temos a associação de moradores, temos vários grupos sociais e são esses coletivos que fazem movimentar nossas lutas e conquistas, mas também não é com frequência, ou seja, não é como a movimentação que tínhamos antes. Naquele tempo era diferente. Por exemplo, nós marcávamos uma reunião com o secretário de transporte, ele dizia: vem duas pessoas só pra conversar. Mas nós fazíamos uma mobilização na comunidade e levávamos um ônibus cheio. Então, quando as duas pessoas estavam sendo atendida, o pessoal ficava andando pelos corredores, fazendo lobby mesmo. Mas hoje nós temos essa dificuldade. Até porque já não há boa vontade do poder público. Além disso, as ofertas e facilidades do povo também dificultaram muito. Hoje nós não temos uma mobilização tão grande como tínhamos antes. Tem um grupo que está com determinado setor, outro com outro e isso divide a comunidade. A gente está lutando para recuperar essa trajetória passada.

A senhora continua na militância? Continuo na militância. Temos grupos de igrejas na comunidade que são grupos sociais que lutam mesmo. A questão racial a gente debate, a questão das crianças também. Mas nós não temos uma mobilização como tínhamos no passado, junto com o Itamar, com quem tivemos uma luta muito grande e bonita com as crianças e adolescentes. Hoje temos resultados maravilhosos dessas lutas. Tivemos perdas, mas o ganho foi muito grande. Nós temos hoje jovens nossos na saúde, jovens em empresas e temos jovens hoje políticos, nascidos e criados na comunidade. Essa é uma das nossas questões maiores, não temos uma atividade que possa estar ajudando esses jovens de hoje a ter uma expectativa de vida. Porque não há nenhuma atividade dentro da comunidade para jovens e adolescentes.

Não tem políticas voltadas para a juventude... Não, não tem. A única distração ou questão cultural que tem na comunidade são os bailes. Fora isso não temos mais nada. É um abandono do serviço público dos nossos adolescentes. Então o que a gente vê? São as cobranças! E quais são

essas cobranças? As cobranças são quando a polícia entra na comunidade e esses jovens pagam com a vida. Famílias desrespeitadas. E o questionamento quando morre um jovem é se ele é bandido, mas não questionam o porquê de onde ele chegou. Não se pergunta e não se reflete sobre isso, sobre por que ele chegou onde chegou. A maioria dos nossos jovens são jovens negros e não há perspectiva para eles.

Não tem horizonte para a juventude? Sim. Esse é outro fator também da pandemia. Hoje as escolas têm que estar fechadas. O jovem sem poder estar numa sala de aula, onde é que ele está? Na minha mentalidade não é por isso que a gente vai achar que as escolas têm que abrir. A vida é o mais importante. Se critica muito essa questão de isolamento, mas a vida é essencial. Quando falam do crescimento econômico, eu digo que quem constrói a economia é o trabalhador. E são de trabalhadores a maioria de mortes. Então eu acho que tem de ser feito uma análise muito grande dessa situação em relação à população. Eu acho assim: se tivesse permanecido o isolamento social por mais algum tempo nós não estaríamos nessa situação.

E se tivéssemos investido na busca da vacina mais cedo, poderíamos ter diminuído a gravidade da situação e de mortes evitáveis? Essa questão da vacina é uma questão que devemos sempre estar questionando. Por que não tivemos a vacina mais cedo? Por que houve vacina para uma determinada idade e na semana seguinte não tem vacina? Isso é uma loucura! Isso é um suicídio. Suicídio, não: assassinato! Loucura! E também a falta de respeito de quem pode até comprar uma vacina, se for possível! Mas tira o direito daquele que está na espera e com dificuldades muito sérias.

E a questão do desemprego, do trabalho e da renda? Em todo esse período de pandemia, foi um período muito difícil mas também de muita solidariedade não por parte dos governos, mas sim por instituições que mobilizaram para que pudesse ser amenizada a situação, da fome e dos sofrimentos de muitas famílias. Trabalhamos na comunidade com um

projeto de mulheres que tem como título “Mulheres Nós na Luta” no qual sou responsável pela coordenação. Nosso projeto foi contemplado por uma instituição para a distribuição de cestas básicas. Isso no princípio da pandemia nos deu condições de atender 55 famílias, com as quais continuamos fazendo atendimento. Para cadastrar essas famílias, mesmo no momento crítico da pandemia, fomos em campo, pesquisamos as condições de cada família e percebemos que o problema maior foi o desemprego: trabalhador desempregados vendendo bala no centro de Bangu, mulheres sendo a maioria empregada doméstica sem nenhuma renda vivendo de favores ou de ajuda de parentes. Aumentou também na comunidade o número de catadores de recicláveis. Esse foi o quadro que encontramos. Estamos assistindo essas famílias com cesta básica desde janeiro de 2021. Além das necessidades de cesta básica de alimentos, percebemos a necessidade de atenção, apoio e auto-estima. Formamos um grupo com essas famílias; nos encontramos uma vez no mês. Nesses encontros, nós promovemos palestras aonde a gente conversa temas relacionados aos problemas da comunidade. Estamos programando dar continuidade a esse trabalho em 2022. Principalmente no atendimento reivindicado por elas, como oficina de produção e renda, entre outros.



DEBATES

A seção Debates apresenta o texto de Beatriz Brandão sobre a pandemia e a nova gestão das urgências nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD) do Rio de Janeiro; e Marize Vieira de Oliveira debate a presença/ausência de autoras e autores indígenas na XX Bienal do Livro do Rio de Janeiro.

A PANDEMIA E A NOVA GESTÃO DAS URGÊNCIAS NOS CAPS AD DO RIO DE JANEIRO

Beatriz Brandão, pós-doutoranda em Sociologia pela USP. Pesquisadora do IPEA na pesquisa sobre metodologias de cuidado a usuários de drogas (2019-2020).



Imagem: Rodrigo Pereira

No município do Rio de Janeiro temos seis Centros de Atenção Psicossocial Álcool Outras Drogas (CAPS AD). Todos se encontram na zona norte e zona oeste, em bairros como Bonsucesso, Maré, Méier, Madureira, Jacarepaguá, Santa Cruz. Esses lugares são marcados pela presença de complexos de favelas, com grande número de pessoas em situação de rua e de cenas de uso de drogas. As cenas fazem parte das ações territoriais dos CAPS AD, o que intensifica as demandas de cuidado aos usuários de drogas por esses serviços.

O cenário da pandemia modificou um trabalho já realizado em cima de emergências cotidianas nesses espaços vulnerabilizados. O distanciamento social deixou a falta – caracterizada pela falta de profissionais, de insumos de tra-

balho, até à falta de luz, água, alimentação – ainda mais evidente e demarcada na vida dos usuários, o que afetou a relação com profissionais e com a rede. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) possui desafios inerentes ao tratamento com usuários de drogas, em que suas trajetórias com diversas fraturas, mostram projetos de tratamentos modificados e continuamente repactuados. Mudar a rota nos cuidados na relação paciente x profissional é uma realidade diária para os serviços que trabalham na clínica AD, mas o vácuo e a solidão trazidos com a pandemia, fizeram com que esses esforços fossem intensificados.

O que houve não foi apenas a alteração da conduta das equipes, mas a inviabilidade devido à ausência de possibilidades de isolamento, o que aumentou os riscos diante de avaliações que deveriam ir além da sintomatologia. O sentido provisório do tratamento AD foi acentuado a partir de determinantes que firmam o lugar desigual desses grupos na prática e na produção do cuidado. Os CAPS AD tiveram que montar sua força de ação e criatividade nas margens para responder a essa crise, que acentuou a fragilização da rede – tanto formal, quanto informal.

Nesse processo, foi necessário repensar condições para promoção de saúde nos contextos afetados. Houve a necessidade de que os fluxos da rede se dessem de forma

Imagem: Rodrigo Pereira



mais intensa, com mais intensidade na comunicação sobre os casos, para que recalculassem as rotas do cuidado com equipes reduzidas, tendo ainda que sustentar as regras do isolamento e distanciamento. Trazer para os pacientes as informações da forma de contágio e integrar água, sabão e álcool em seus cotidianos não foi ponto tão simples. Assim, ter os usuários mais próximos e de modo mais participativo nas reuniões e ações externas foi um ponto importante a ser destacado. Essas questões visibilizaram, ainda mais, a fragilização da rede para a sustentação do processo dos tratamentos, entretanto, a entrada dos usuários ao apresentarem suas perspectiva e vontade de ação e aprendizado se configurou numa potencialidade a ser explorada.

A pandemia mostrou a centralidade do trabalho intersetorial da rede e como o usuário deve ser chamado, e convocado, para essa equação. Como se sustentar escolhas, vindas de desejos múltiplos e por vezes contraditórios, que faz com que a equipe tenha que reestruturar a rota sucessivamente? As novas contingências levaram a uma nova gestão das urgências, em que as faltas, a solidão e a contradição no projeto terapêutico de cuidado tiveram ainda mais evidência. No entanto, essa falta e o vazio que os usuários falavam durante o distanciamento social, abriram espaços para ver que a contradição mostra que o processo está em andamento, que não permite que haja paralisia na criação da rede, e que o trabalho intersetorial ganha mais sentido. O cenário da COVID-19 deixou claro que quando se chama o usuário para resistir junto à equipe profissional a solidão diminui.

CADÊ AUTORES E AUTORAS INDÍGENAS NA XX BIENAL DE LIVROS DO RIO DE JANEIRO?!

Marize Vieira de Oliveira, nome Guarani: Pará Rete. É professora de História, Mestre em Educação pela UFRRJ e Doutoranda em Educação pela UFF. Presidente da AIAM (Associação Indígena Aldeia Maracanã). Coordenadora do ISPO-ALDEIA JACUTINGA (Instituto dos Saberes Dos Povos Originários-Aldeia Jacutinga), Coordenadora estadual e nacional do coletivo Pra Fazer Valer As Leias 10.639 e 11.645, é Conselheira do CEDIND (Conselho Estadual dos Direitos Indígenas) e membro do PARLAINDIO (Parlamento Indígena do Brasil).

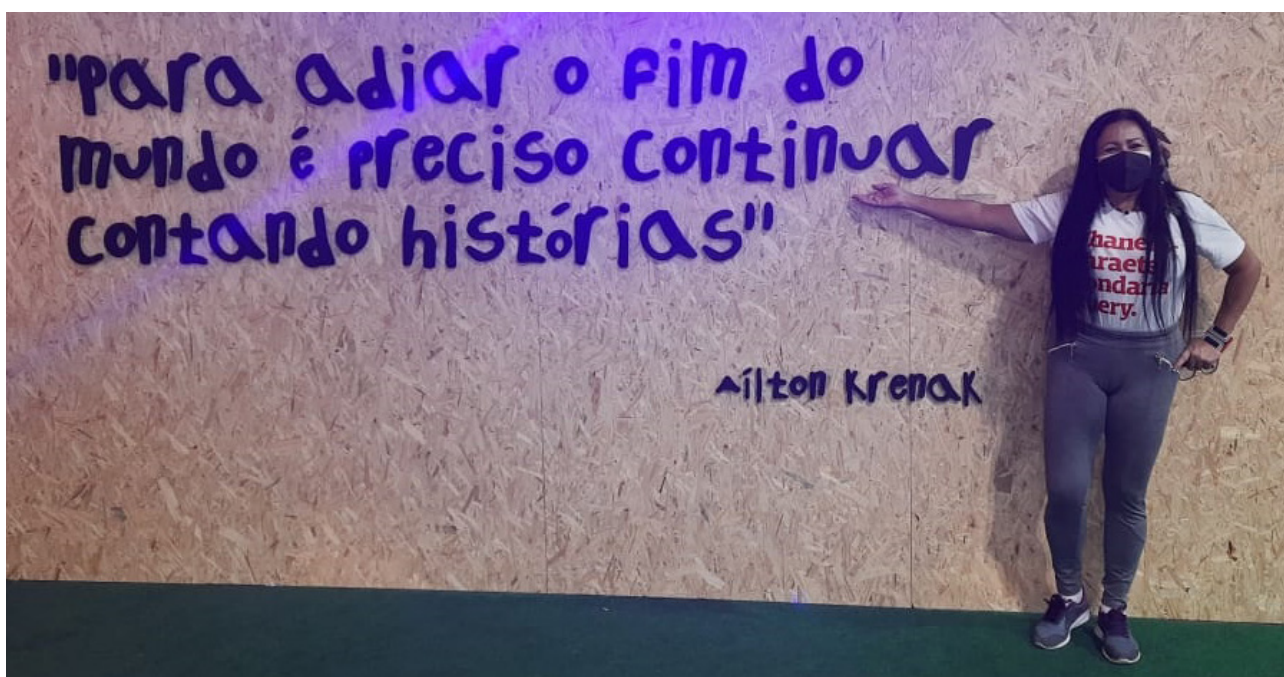


Imagem: Marize V. de Oliveira

A Bienal do livro é um evento literário que movimenta grande parte da rede educativa do estado do Rio de Janeiro. Infelizmente a estrutura não permite que possamos levar todos os alunos e alunas de nossas unidades escolares, mas este seria o mundo ideal. Principalmente se falando de Educação no Brasil: muitos de nós sonhamos com uma educação que garanta, como está escrito em nossa Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que o ensino deve preparar estudantes para “o exercício pleno da cidadania”. Neste sentido, ela é composta de 13 princípios, mas eu quero ater-me em apenas um: a “Consideração com a diversidade étnico-racial”.

Para que possamos viabilizar este objetivo, precisamos de uma ferramenta importante: acesso à informação que nos permita trabalhar estas questões em nossas salas-de-aula, nas Unidades Escolares que trabalhamos. Todos sabem que o Brasil é uma nação plural, mas esta pluralidade é algo difícil de trabalhar de modo pedagógico e é dentro desta perspectiva que decidi escrever este artigo.

Sendo uma professora de História, guarani, nascida na cidade, tenho em meu ser todas as dores e delícias que me fizeram ser quem sou, e dentro de um estado que foi Capital do Império brasileiro e mais tarde da República até 20 de abril de 1960, já que oficialmente a inauguração da capital em Brasília se deu em 21 de abril daquele ano. Foi este status que produziu políticas de negação e invisibilidade dos povos indígenas neste estado. Exterminaram os aldeamentos do povo Tupinambá levando-os ao quase extermínio, ou ao processo diaspórico, pois quem sobreviveu foi viver como ribeirinho, caiçara ou nas cidades, completamente invisíveis, assim como eu. Mas o tempo passou, a pressão de muitas lideranças indígenas, garantiram que nossos direitos estivessem presentes na Constituição Federal, na LDB e na Lei 11.645/08.

A questão é que com todo o apagamento que temos sobre a história dos povos originários no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro, esta Lei torna-se meio inviável, reforçando estereótipos e produzindo um folclorismo, que não nos agrada, silenciando a importância de ser mostrado dentro das nossas aulas, a riqueza das diversas culturas dos povos que verdadeiramente descobriram este território. Tampouco existem muitas informações disponíveis sobre o quanto destes povos está presente em todas as partes deste país, inclusive na forma de falarmos, nos comportarmos e o modo de pensarmos. A questão é que o eurocentrismo e a colonialidade presentes em cada raiz desta sociedade, não nos deixa conhecer de veras estas culturas. E os livros didáticos garantem este apagamento, reforçando estereótipos.



Imagem: Acervo do CIEP 032 Cora Coralina

Foi pensando assim, na necessidade de se buscar materiais que contribuam para a implementação da Lei 11.645/2008 que feliz fui à Bienal deste ano. Visitei cada um dos estandes perguntando:

- Vocês têm livros indígenas escritos por autores ou autoras indígenas?

Depois de muitas negativas, encontrei uma vendedora que me informou “temos este da Amazônia!”.

Abri o livro e não era de autoria indígena. Estande por estande fiz a mesma pergunta e nada. Depois de tanto buscar, em um estande eu questioneei a responsável de vendas: “Como vocês não têm livros indígenas escrito por indígenas em uma feira de livros para professores e alunos, com uma lei federal que torna obrigatório o ensino de educação e cultura indígena nas escolas do ensino fundamental e médio em todos os níveis e escolas do território nacional?”

Uma das vendedoras me respondeu que eles tinham um catálogo de 40 mil livros, mas que trouxeram para a Bienal apenas “o que acreditavam que vendia!”. Senti uma profunda indignação! Quantas pessoas, assim como eu, não estariam na Bienal para comprar livros de autores e autoras indígenas?? No colégio que trabalho sei que tinham professores procu-

rando, tanto para comprar quanto para me avisarem se achassem o que eu buscava. A pergunta que faço é: Se eles não estão disponíveis nas prateleiras, como poderiam “ser vendidos”? Respirei fundo. Tenho certeza de que demais professores e professoras também pensam como eu: é preciso seguir buscando e denunciar essa invisibilização de nossa história! Depois de muita procura, finalmente encontrei um livro de autoria indígena: dois livros do filósofo e escritor Ailton Krenak. Mas esses eu já tenho!

Saí abalada de lá.

Liguei para o escritor Olívio Djekupé, pensando que ele ou o Kunumi, seu filho, também escritor, além de cantor e compositor de Rap, poderiam estar presentes neste evento, tristeza não foram convidados. Pedi então a eles os livros que eles escreveram, pois, tenho alguns e queria comprar mais. Os de Eliane Potiguara, Daniel Munduruku, e outros parentes eu já tinha na lista e assim, percebi que não seria neste evento que conseguiria comprá-los, pois após a saga de achá-los, desisti e dos oito livros que comprei apenas um era de escritor indígena: foi o livro *Falando Tupi* de meu amigo Yaguarê Yamã, mesmo assim, livros com temática indígena na Bienal, era como procurar agulhas em um palheiro. Eu não tenho problema algum de ver pessoas não indígenas escrevendo sobre nós, acho que é importante que outros pesquisadores, poetas, jornalistas e qualquer outro tipo de profissional se interesse em conhecer mais sobre o povo originário deste país e mostre sua visão sobre nós.

O que me causa muita tristeza, é perceber que os inúmeros escritores indígenas não foram convidados, os livros de tantos autores indígenas não estavam nas prateleiras da Bienal, mas que estavam representados e acessíveis os livros de todos os povos, de todas as religiões, com exceção o povo originário deste território. Há algo de muito grave acontecendo neste país, nesta cultura e eu não posso me calar!

Procurei as mesas de debates que aconteceram e que ainda aconteceriam em todos os dias da Bienal. Encontrei os mais diversos temas: desigualdades, literatura, fé e juventude, ancestralidade e memória, teatro, ci-

nema, música, inclusive uma mesa cujo tema é pensar o futuro (pensar uma alternativa viável para o futuro sem ouvir os povos originários deste continente?) e muitos outros temas estavam sendo oferecidos a cada dia, mas apenas três indígenas estiveram presentes nas mesas oferecidas, quero lembrar que temos 305 povos que ainda resistem às múltiplas violências, apagamentos, negações que as elites promovem nesse país. Praticamente nenhum escritor indígena foi chamado para ser ouvido. Aliás, em uma mesa encontrei a presença de um debatedor do povo Baniwa cujo tema era: “Amazônia: um olhar de dentro da floresta”, junto com outros não indígenas. Importante que ele esteja nesta mesa, sem dúvida, mas é preciso criticar esta visão que exemplifica o modo limitado como esta sociedade ainda pensa os povos indígenas: se é para deixar falar, vai ser no debate sobre Amazônia, como se não existíssemos em nenhum outro lugar.

Fiquei ainda mais estarecada quando me deparei com outra mesa, que tem como tema o BEM-VIVER! Como assim? Não terão indígenas nesta mesa? Sendo este um conceito INDÍGENA? Não, não teve, apenas debatedores que estudam, pesquisam o que os povos indígenas propõem enquanto filosofia de vida e de experiência positiva de relacionar-se com o outro. Mais uma vez falam sobre nós, mas nós não somos chamados a falar, mesmo tendo inúmeros escritores indígenas no Brasil e indígenas de muita expressão que abriram caminho para muitos outros, como Edson Kayapó, Márcia Kambeba, Yaguarê Yamã, Eliane Potiguara, Olívio Djekupé e incontáveis outros escritores, de vários povos de Pacha Mama, de Pindorama. É verdade que em alguns lugares do conhecimento estamos avançando. Por exemplo:

A UnB concedeu o título de doutor honoris causa ao nosso ambientalista, filósofo, escritor e líder indígena Ailton Krenak.

A Academia Brasileira de Ciências elegeu seu mais novo integrante: o líder xamã, Davi Kopenawa, que é um dos mais renomados líderes indígenas, que denuncia a destruição da floresta, pelas mineradoras, as conse-



Imagem: Acervo do CIEP 032 Cora Coralina

quências que estas ações podem trazer para o planeta, o envenenamento dos rios por conta do mercúrio, de tudo que o capitalismo toca. Escreveu o livro com coautoria do escritor Bruce Albert: “A Queda do Céu”.

A primeira escritora indígena do Brasil, Eliane Potiguara, acaba de receber o título de doutora honoris causa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para a revista Fórum ela ainda declarou que esperava que esse título pudesse contribuir para dar visibilidade à questão indígena no país. Mas não pudemos ter a felicidade de vê-los e ouvi-los na Bienal do Livro de 2021.

A vigésima quinta edição do livro QUARUP, de Antônio Callado, acaba de ser prefaciado por Márcia Wayna Kambeba e Daniel Munduruku. De todos estes que elenquei, apenas Ailton Krenak (on line) e Daniel Munduruku foram convidados para a Bienal.

Quero ainda colocar mais um questionamento sobre a invisibilidade que temos produzido por este processo de epistemicídio, quebrado de forma brilhante por alguns núcleos de resistência que vemos nas esferas de produção do conhecimento.

Daniel Munduruku, primeiro escritor indígena a publicar livros infantis para crianças não indígenas, líder de venda em se tratando de literatura indígena infantil (50 livros infantis e 1 livro de reflexão) foi indicado para ocupar a cadeira 12 da Academia Brasileira de Letras, ganhou 9 dos 34 votantes, mas apoiado por mais de 100 escritores que assinaram um manifesto apoiando sua candidatura à um dos imortais, cobravam mais diversidade na instituição. O outro candidato, com apenas 1 livro, obteve os 25 votos restantes. Sobrinho do arquiteto Oscar Niemeyer, Paulo Niemeyer Filho é neurocirurgião, seu livro “No Labirinto do Cérebro” vai ser transformado em minissérie.

A justificativa que o presidente da Academia Brasileira de Letras, Marco Lucchesi, deu para que o cirurgião fosse o preferido é que sua vitória se deu em nome do “compromisso com o conhecimento integral, de que ele, Paulo, é mestre consumado”.

Em meu entendimento, a única coisa consumada neste episódio, é o preconceito, o eurocentrismo e a colonialidade, que promove o epistemicídio de todo pensamento que à eles não é espelho.

A Bienal é um laboratório em que podemos entender o quanto somos invisíveis, o quanto a sociedade letrada em sua grande maioria desdenha os saberes originários, produzindo e financiando toneladas de livros eurocêntricos, com pesquisas eurocêntricas, mesmo que muitas delas tenham acontecido a partir de conhecimentos tradicionais, estes, nunca aparecerão no relatório final.

Este país serve a um mercado e hoje, nesse mercado circula o que tem mais possibilidade de vender. Portanto alguns conceitos inventados são olhados por este mercado como consumidores em potencial. A Bienal este ano me mostrou isto: ela é cristã, branca, europeia. Apesar disso, as narrativas negras já conseguem furar o bloqueio imposto pela branquitude e alcançar algum grau de circulação, o que não acontece com as narrativas e políticas de construção do sentimento de pertencimento às etnias indígenas, que seguem invisibilizadas ou com pouquíssimo espaço de circulação.



MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerabilizada no enfrentamento do Covid-19; uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favelas e periferias pela garantia de direitos básicos, na pandemia e para além dela.

Nesta edição, Wanessa Afonso de Andrade conta a história de construção do Coletivo Martha Trindade, a partir de um programa de vigilância popular em saúde, e sua luta ambiental e pela saúde, diante dos impactos da instalação de uma empresa siderúrgica em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio de Janeiro. O outro texto desta seção, é assinado pelo Fórum de Pré-Vestibulares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ) e discute a participação dos coletivos de pré-vestibulares em ações autogeridas para o fortalecimento de territórios periféricos durante a pandemia e apoio aos estudantes e a luta pelo cancelamento do Enem 2020.

COLETIVO MARTHA TRINDADE E A LUTA AMBIENTAL E PELA SAÚDE EM SANTA CRUZ

Wanessa Afonso de Andrade - Coletivo Martha Trindade

O Coletivo Martha Trindade é um grupo de jovens que surge em 2016 com o objetivo de realizar medições da qualidade do ar de Santa Cruz, Rio de Janeiro, para produzir dados críticos sobre a quantidade de material particulado no ar. O coletivo surgiu a partir de um intercâmbio entre moradores de Piquiá de Baixo, no Maranhão, e moradores de Santa Cruz, Rio de Janeiro. O objetivo dessas medições era ter dados gerados a partir dos moradores, através do programa de Vigilância Popular em Saúde, idealizado pela Fiocruz, Justiça nos Trilhos e Instituto PACS. Fizemos duas rodadas de medições em Santa Cruz que geraram um relatório. Através da análise desses dados, constatamos que o ar de Santa Cruz (e de Piquiá de Baixo) é mais poluído do que limite recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Atualmente, o coletivo divide-se nos seguintes eixos: Cidade, Saúde e Meio Ambiente. Atuamos organizando formações, mobilizações e pesquisas sobre violações de direitos humanos nos contextos de megaprojetos de empreendimentos, mudanças climáticas, entre outras questões relacionadas aos territórios da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Desde a chegada da Ternium (na época, TKCSA), em 2010, moradores e pescadores perceberam os impactos da instalação já no início. O alagamento causado pela mudança de curso do rio no Conjunto São Fernando; a emissão de material particulado (que brilhava e sujava muito as casas) conhecida como chuva de prata, em 2013; a instalação da soleira submersa que limitava a passagem das embarcações dos pescadores; o trem de minério que rachava as casas mais próximas... Tudo isso e mais uma série de impactos são observadas há anos. Muitas pessoas da região relatam



Imagem: Acervo Instituto PACS

que os problemas respiratórios e dermatológicos aumentaram e, inclusive, muitos moradores reclamam de dor nos ossos. Além disso, a necessidade de limparmos várias e várias vezes nossas casas por conta de toda a poluição, faz com que a jornada das mulheres fique ainda mais pesada.

Para além disso, o direito à cidade que já é comprometido na extrema Zona Oeste ficou ainda mais comprometido. A maior siderúrgica da América Latina fez com que a mobilidade urbana ficasse ainda mais comprometida. Trajetos que antes levavam 15 minutos, após a sua instalação e operação levam mais de uma hora. Nos horários de troca de turno, diversos ônibus da empresa saem e entram, gerando um trânsito ainda mais caótico. Fora isso, a utilização de caminhões faz com que o asfalto fique muito danificado e não há reparação (a não ser em épocas próximas às eleições).

Juntando todos esses fatores, Santa Cruz é um bairro em que já é difícil conseguir atendimento médico e, quando precisamos nos deslocar pelo Rio de Janeiro para algum tipo de encaminhamento de urgência, o trajeto é extremamente longo e penoso. Para além disso, não há diagnóstico efetivo de problemas respiratórios na região. As unidades básicas de saúde receitam o antialérgico mas não dão laudo e não se propõem a investigar o motivo pelo qual tantos moradores possuem problemas respiratórios e a razão pela qual a taxa de mortalidade da Covid-19 na região é tão alta e afetou tantas pessoas que aparentemente não possuíam comorbidades

A verdade é que ainda não conseguimos construir um forte nexos causal entre os impactos da siderúrgica e a saúde dos moradores por falta de uma pesquisa epidemiológica efetiva na região. Mas os fatos são os fatos: mui-



Imagem: Acervo Instituto PACS

tas pessoas possuem (e até faleceram) por conta de problemas respiratórios. A taxa de mortalidade da Covid-19 no início da pandemia na região foi alta - tanto pela predisposição dos moradores a problemas respiratórios como pelo fato de não termos parado de trabalhar presencialmente.

Nossa luta segue firme e continuará seguindo. Para que todas as leis ambientais sejam cumpridas, para que tenhamos moradia e saúde dignas e para que os moradores afetados sejam indenizados.

ORGANIZAÇÃO E LUTA DO FÓRUM DE PRÉ-VESTIBULARES POPULARES DO RIO DE JANEIRO PELO ADIA ENEM

Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ)



Imagem: Acervo Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro

O Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ) é formado por cerca de 50 coletivos focados na luta pela educação laica, pública, gratuita e de qualidade. Durante toda a pandemia causada pelo Covid-19, os coletivos se uniram para o enfrentamento dos desafios impostos pela impossibilidade de realização de aulas presenciais em um cenário de exclusão digital das/os estudantes pobres e periféricas/os. A maioria das/os discentes que procuram pré-vestibulares comunitários, populares ou so-



Imagem: Acervo Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro

ciais não possuem acesso à banda larga de internet, aos smartphones e aos computadores de uso doméstico – como notebooks –, que nas atuais condições se mostram ainda mais necessários para se manter nos estudos. Somaram-se a esse cenário o aumento da pobreza e o aumento do preço dos alimentos. São inúmeros os relatos de fome e de miséria em meio ao luto por vidas perdidas em decorrência da pandemia.

Nas reuniões quinzenais online realizadas pelo FPVP-RJ – nas quais são convidadas/os a participarem representantes de todos os coletivos que o compõem – constatou-se que muitos grupos se organizaram para oferecer apoio aos estudantes. Esse apoio se deu por meio da distribuição de cestas básicas, máscaras e kits de higiene, além da mobilização da assistência psicológica e social. O objetivo principal era mitigar danos causados pela pandemia e também pelas próprias ações (e omissões) do governo federal, que estavam, por sua vez, em completo desacordo com o cenário sanitário, social e econômico do país. Em outras palavras: essas ações e omissões em nada contribuíram para a garantia do bem-estar e da saúde da população.

Para além do preparo para a prova do Enem, os coletivos se uniram em ações autogeridas para o fortalecimento de territórios periféricos em 2020 e 2021. Destacam-se: adaptação dos coletivos ao ensino remoto; ações de

enfrentamento à evasão de estudantes; campanhas sobre formas de contaminação e de prevenção ao Covid-19; campanhas para arrecadação e distribuição de alimentos e itens de higiene; atendimento psicológico online; biblioteca online para os alunos terem acesso a materiais didáticos e aulas interdisciplinares temáticas. Muitos coletivos estão se articulando para a manutenção de algumas destas atividades e para o retorno das aulas presenciais em 2022.

Frente à crise econômica, política e social, os coletivos do estado do Rio de Janeiro têm, a cada desafio, unido forças para lutar pelos direitos de seus estudantes e o Fórum é a força central desta união. O Cancela Enem 2020 é uma das pautas comuns a diversos coletivos de educação popular que foi alinhavada pelo FPVP-RJ a partir de agosto do ano passado. No mesmo período, o FPVP-RJ apresentou uma ação no Ministério Público Federal (MPF) pelo cancelamento do Enem 2020. Infelizmente, o cenário de exclusão digital, miséria, insegurança alimentar, crise sanitária e adoecimento psíquico das populações pobres, pretas e periféricas – que foram as mais prejudicadas pelos efeitos das escolhas políticas adotadas durante a pandemia –, não foi suficiente para sensibilizar o MPF em relação à grande iniquidade gerada pela aplicação de uma prova nesse contexto.

Devido à previsão da inexistência de condições sanitárias para a realização do Enem2020 em novembro de 2020 – pois ainda não haveria uma vacina aprovada até este mês –, o Ministério da Educação (MEC) realizou uma enquete no final do primeiro semestre deste mesmo ano. Nesta, os inscritos no Enem poderiam escolher as datas das provas. O resultado divulgado em 1º de julho apontou como data escolhida pela maioria dos votantes os dias 2 e 9 de maio de 2021. Contrariando os resultados da própria enquete, o MEC realizou o Enem 2020 em janeiro de 2021.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional Anísio Teixeira e compartilhado no Guia do Estudante Online, mais da metade das/os inscritas/os não compareceram para a realização da prova em janeiro de 2021. Esse percentual se torna ainda maior se levarmos em consideração as/os ins-

critas/os no Exame-piloto do Enem Digital, as/os inscritas/os no estado do Amazonas e nos municípios Espigão D'Oeste e Rolim de Moura, em Rondônia (nessas localidades o exame foi realizado em 23 e 24 de fevereiro). Como militantes de coletivos sociais, sabemos muito bem a cor e classe destas/es que estavam ausentes, em sua maioria oriundas/os de escolas públicas (nosso principal público).

Em paralelo à luta pelo cancelamento do Enem 2020, o FPVP-RJ também mobilizou outras atividades políticas, sociais e educativas em 2020. Como exemplo dessas atividades, podemos destacar a realização do IV Seminário do Fórum de Pré-vestibulares Populares, edição especial totalmente online. Neste, foram organizadas diversas mesas de debate, oficinas e apresentações de trabalhos acadêmicos. Ao final, foi realizado um Sarau Cultural com a apresentação de artistas independentes originários de favelas e de periferias.

Em 2021, o FPVP-RJ - representando os coletivos que o integram - apresentou ação no MPF solicitando a isenção de taxa daquelas/es que não realizaram o ENEM 2020 em razão da pandemia. Estas/es estudantes não



Imagem: Acervo Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro

tinham como justificar sua ausência, pois não havia esta opção. Infelizmente, mais uma vez não tivemos sucesso. Contudo, houve uma ação realizada pelo Educafro no STF em que tiveram a sensibilização delas/es e houve nova abertura para pedido de isenção de taxa. No entanto, não foi suficiente, visto que em 2021 houve uma diminuição no número de inscritos que gira em torno de 2 milhões, quando comparado ao Enem 2020. E sabemos muito bem qual a cor e classe destas pessoas que desistiram da realização dos exames...

Devido aos resultados positivos alcançados pelo FPVP-RJ, os coletivos de educação pública que o integram redigiram uma Carta de Princípios, na qual são mencionadas diversas agendas sociais consideradas importantes. Estas agendas têm sido trabalhadas politicamente e socialmente pelos coletivos conforme suas potencialidades e também de forma integrada pelo FPVP-RJ. Entre as ações do FPVP-RJ - 2020 e 2021 destacam-se três Encontros Temáticos e doze Aulões coletivos nos quais foram debatidos temas como Anti Racismo, Anti-LGTBQIA+ FOBIA, além de nosso V Seminário, entre outras pautas que seguem aparecendo nas reuniões quinzenais online.

Com o objetivo de organizar o VI Seminário do FPVP-RJ de forma presencial, além de ampliar e lutar pela inclusão de estudantes cotistas no SISU, a previsão para 2022 é de reagrupamento das atividades. Dada a problemática da pandemia - que ainda não foi sanada-, tememos pela intensificação da elitização e do branqueamento das universidades públicas. Para impedir esse verdadeiro retrocesso, serão efetuadas, a partir de janeiro de 2022, articulações políticas com professores de universidades públicas, visando garantir que todas as vagas reservadas a cotistas sejam efetivamente preenchidas por estes.

EXPEDIENTE

Elaboração

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Fábio Araújo

José Leonídio Madureira

Mariane Martins

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

Coordenador Editorial

Fábio Araújo

Colaboradores nesta edição

Anazir Maria de Oliveira (Dona Zica)

André Lima

Beatriz Brandão

Djefferson Amadeus

Fábio Monteiro

Lidiane Malanquini Magacho

Marize Vieira de Oliveira

Patrícia Ramalho

Rodrigo Pereira

Wanessa Afonso de Andrade

Movimentos Sociais, Coletivos e Instituições

Ciep 032 Cora Coralina

Centro de Criação de Imagem Popular

Coletivo Martha Trindade

Coletivo Museu Sankofa Memória e História da Rocinha

Conselho Comunitário de Manguinhos

Fórum de Pré-Vestibulares Populares do Rio de Janeiro (FPVP-RJ)

Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (Instituto PACS)

Redes da Maré

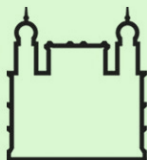
Revisão

Fábio Araújo

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico e Diagramação

Mariane Martins



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz